



**ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – AGE**  
**Núcleo de Projetos – NPROJ**

**(Projeto Celeridade)**  
**Ata de reunião**

**Ata Nº 10**  
**Reunião de (Acompanhamento)**

**1. Identificação da Reunião**

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
18/02/14	Início	16:30h	Término	18h	Sala de reunião da Corregedoria	Dinalva Torres

**2. Objetivo da Reunião**

- Discutir Minuta de Projeto Básico apresentado pelos servidores da SETIC Agenor da Costa Júnior e Rodrigo Cartaxo Marques Duarte, para a implantação do PJe JT nas Varas do trabalho de Campina Grande e João Pessoa.
- Verificar viabilidade e definir datas.
- Submeter à Presidência do Tribunal.

**3. Participantes**

	Nome	Rubrica	Lotação	Ramal	E-mail
a	Marcelo de Castro Reis		SCR	6075	mcreis
b	Dinalva Lúcia Fernandes Pereira Torres		SCR	6147	dltorres
c	Agenor da Costa Júnior		SETIC	6022	agenorcosta
d	Rodrigo Cartaxo Marques Duarte		SETIC	6022	rduarte

**4. Discussão da Pauta**

Decisão	Responsável pela implementação	Data limite
a. Os Servidores Agenor e Rodrigo Cartaxo apresentaram Minuta do Projeto Básico para a implantação do PJe JT nas Varas do Trabalho de Campina Grande e João Pessoa, contendo a metodologia do Treinamento dos servidores lotados nas unidades de Campina Grande e João Pessoa. Tudo conforme descrito no Projeto Básico ora apresentado que segue em anexo.		
b. Após ampla discussão, ficou decidido que constará no Projeto além da Metodologia a ser aplicada, as etapas do mencionado treinamento, bem como os setores envolvidos. Tudo conforme descrito no Projeto Básico ora apresentado que segue em anexo.		
c. Agenor apresentou um fluxograma com vistas à criação de Núcleos de atendimento na SETIC para atender demandas relativas ao PJe JT, após ter passado pela Central de Atendimento Local (Campina Grande ou João Pessoa), sem a		



**ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – AGE  
Núcleo de Projetos – NPROJ**

**(Projeto Celeridade)  
Ata de reunião**

**Ata Nº 10  
Reunião de (Acompanhamento)**

devida solução.

As Centrais de Atendimento Locais serão criadas a partir de servidores da Distribuição, uma vez que no PJe JT esta se faz de forma automática. Tudo conforme descrito no Projeto Básico ora apresentado que segue em anexo.

- d. Também foram sugeridas datas para a mencionada implantação, consoante discrição abaixo:

**FÓRUM DE CAMPINA GRANDE:**

De 05 a 09/05/2014 - Treinamento dos Diretores de Secretaria de Campina Grande + 1 servidor de cada vara do Trabalho de Campina Grande + todos os servidores da Distribuição dos Feitos de Campina Grande, na sala de treinamento do Fórum de Campina Grande;

De 12 a 16/05/2014 – Treinamento Geral de todos os servidores lotados nas unidades de Campina Grande, inclusive os já treinados no período de 05 a 09/05/2014 – pela manhã parte expositiva e à tarde parte prática com a ida de monitores para cada uma das varas do Trabalho de Campina Grande;

De 19 a 23/05 SUPORTE in locu de servidores para acompanhar os primeiros processos distribuídos em PJe JT.

**A IMPLANTAÇÃO DO PJe JT no Fórum de Campina Grande se dará no dia 19/05/2014.**

**FÓRUM DE JOÃO PESSOA:**

De 04 a 05/09/2014; de 08 a 12/09/2014; de 15 a 19/09/2014 e de 22 a 26/09/2014 serão treinados os seguintes Setores: Distribuição dos Feitos de João Pessoa, Central de Atendimento, Central de Mandados e Diretores de Secretaria + 1 servidor de cada Vara do Trabalho de João Pessoa;

De 06 a 10/10/2014 Suspensão de prazo para treinamento Geral de todos os servidores do fórum de João Pessoa com a mesma metodologia aplicada ao Fórum de Campina Grande;

De 13 a 17/10/2014 SUPORTE in locu de servidores mais experientes, de outras unidades, para acompanhar os primeiros processos distribuídos em PJe JT. Serão designados 2 servidores para atuar em cada uma das 9 varas neste período.

**A IMPLANTAÇÃO DO PJe JT no Fórum de João Pessoa se dará no dia 13/09/2014.**

**IMPORTANTÉ RESSALTAR QUE, APÓS A APRECIÇÃO E DEFERIMENTO PELA PRESIDÊNCIA DESTE E. TRT, O PROJETO BÁSICO MENCIONADO ACIMA SERÁ ENCAMINHADO À SEGEPE PARA AS PROVIDÊNCIAS DEVIDAS RELATIVAS AO TREINAMENTO DO PESSOAL ENVOLVIDO, E, APÓS, À COORDENADORA DO PROJETO**

*[Handwritten signatures and initials]*



**ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – AGE**  
**Núcleo de Projetos – NPROJ**

**(Projeto Celeridade)**

**Ata de reunião**

**Ata Nº 10**

**Reunião de (Acompanhamento)**

**CELERIDADE PARA AS PROVIDÊNCIAS DEVIDAS  
RELATIVAS AO SUPORTE IN LOCU.**

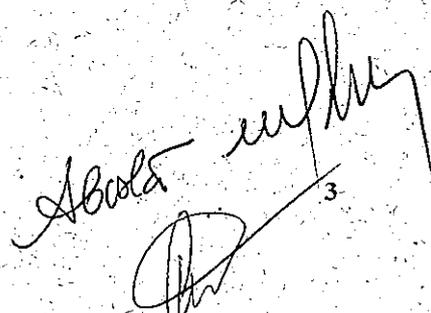
**5. Pendência identificada**

<b>Decisão</b>	<b>Responsável pelo saneamento</b>	<b>Data limite</b>
a. APROVAÇÃO DO PROJETO PELA PRESIDÊNCIA	PRESIDENTE DO TRIBUNAL	

**4. Fechamento da Ata**

<b>Data da ata</b>	<b>Assinatura do relator</b>
Em 18/02/2014	(Relator) Dinalva Torres (Cargo) Analista Judiciário

  
DINALVA LÚCIA FERNANDES PEREIRA TORRES  
COORDENADORA DO PROJETO

  
3

# Projeto de Implantação do PJE no TRT13ª Região

Administração  
Desembargador Carlos Coelho de Miranda Freire

EM 21/02/2014 14:22:27 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: C19B88CE3A.FF834F8EED.73F4C6DB5F.86CF5889E9  
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR AGENOR DA COSTA JUNIOR (Lei 11.419/2006)

## JUSTIFICATIVA

Em 29 de março de 2010, por ocasião da celebração do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 51/2010 entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Justiça do Trabalho aderiu, oficialmente, ao Processo Judicial Eletrônico – PJe. O projeto mantém como meta elaborar um sistema único de tramitação eletrônica de processos judiciais.

Na mesma data, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010, assinado entre o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, todos os órgãos da Justiça do Trabalho passaram a integrar o projeto.

O TRT 13ª Região (PB) implantou oficialmente em 23/11/2012, o PJe-JT. O sistema nacional fora utilizado, inicialmente, para novas ações protocolizadas nas Varas do Trabalho de Santa Rita e, em 2º grau, para recebimento de mandados de segurança.

No presente, já consolidado nas varas únicas, restam o Fórum **Irineu Joffily**, em Campina Grande, e o Fórum **Maximiano Figueiredo**, em João Pessoa, serem integrados ao PJe.

No total, são 14 Varas do Trabalho, 2 Centrais de Mandado Judiciais, 2 Coordenações de Cadastro e Distribuição, além do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais (NUCON), a Coordenadoria de Apoio às Varas de João Pessoa (CODAP) e uma Central de Atendimento.

Este projeto foca as ações necessárias para fornecer a capacitação necessária aos servidores que compõem as unidades citadas, parametrizar o PJe para contemplar as estruturas existentes que se integram às Varas do Trabalho e, por fim, estabelecer uma estrutura de suporte e apoio às atividades realizadas no sistema.

EM 21/02/2014 14:22:27 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: C19B88CE3A.FF834F8EED.73F4C6DB5F.86CF5889E9  
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR AGENOR DA COSTA JUNIOR (Lei 11.419/2006)

# SUMÁRIO

## I – OBJETIVO GERAL

## II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

## III – DETALHAMENTO

## IV – FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

## V – CRONOGRAMA

## VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

### I - OBJETIVO GERAL

Concluir o projeto de implantação do PJe – Processo Judicial Eletrônico no TRT 13ª Região.

### II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Capacitar os Servidores e Magistrados do Fóruns Irineu Joffily e Maximiano Figueiredo para utilizar o PJe nas suas atividades judiciais;
2. Integrar outras unidades judiciais que não as Varas do Trabalho à estrutura do PJe;
3. Estabelecer uma estrutura de apoio às unidades para auxiliar no melhor uso do sistema, na capacitação contínua e na solução de problema pontuais;

### III - DETALHAMENTO

#### 1 – Preparação:

Nesta etapa serão realizadas as parametrizações no PJe na base de produção e replicadas na base de treinamento. A parametrização consiste no prévio cadastro das unidades judiciais e servidores que participarão do treinamento.

Também será feito o ajuste no sistema para absorver as unidades que o TRT 13ª Região instituiu e que, originariamente, não estão contempladas na estrutura do PJe. A saber: NUCON, CODAP e Central de Execuções (nominadas hoje Central de Mandados). Ressalte-se que a “Central de Mandados” no PJe é uma figuração usada para organizar os expedientes (notificações, mandados, ofícios, etc) que são expedidos pelas unidades. Essa figuração não constitui-se num setor, por assim dizer, não recebendo processos.

No PJe, para atender a nossa demanda, será utilizada a estrutura denominada “posto avançado” que representa um apêndice à vara e que, corretamente configurado, atenderá à nossa necessidade.

A equipe de suporte do TST, em Brasília, fará os ajustes necessários para que na apuração de dados estatísticos seja considerada a unidade originária do processo.

Ainda nesta etapa, será realizada a atualização da base de treinamento no tocante as *releases* R11 a R18, para que o ambiente esteja igual ao da produção.

Por fim, será confeccionado o material de treinamento, que consiste no roteiro de práticas, que darão apoio à ministração das aulas.

**Tempo estimado:**

3 semanas

**Servidores envolvidos:**

2 Coordenação do PJE

1 Coordenação de Infraestrutura

1 Coordenação de apoio ao usuário

**2 – Ações iniciais:**

Nesta etapa algumas ações poderão ser necessárias:

- Reunir os diretores e magistrados para adesão ao projeto;
- Divulgar o cronograma aos setores;
- Elaborar ato de suspensão de prazos;
- Elaborar ato redefinindo o papel da “Coordenação de Cadastro e Distribuição” - Campina Grande como “Coordenação de Atendimento e Suporte”, responsável pelo atendimento aos advogados e ao público interno e externo no tocante à dúvidas e procedimentos do PJe. Podendo ser referencia para as demais varas do interior. Evidentemente, mantém-se as competências originais: Distribuição de processos físicos advindos das Comarcas, Atuação de Cartas Precatórias quer físicas, quer via malote digital – podendo inclusive ser um polo de atuação das varas únicas próximas.

- Elaborar ato redefinindo o papel da “Central de Atendimento” - João Pessoa, que torna-se à “Coordenação de Atendimento e Suporte”, responsável pelo atendimento aos advogados e ao público interno e externo no tocante à dúvidas e procedimentos do PJe;
- Elaborar ato redefinindo o papel da “Núcleo de Cadastro e Distribuição” - TRT, que torna-se à “Coordenação de Atendimento e Suporte”, responsável pelo atendimento aos advogados e ao público interno e externo no tocante à dúvidas e procedimentos do Pje no segundo grau;
- Elaborar ato relativo à definição do Grupo de Homologação, composto agora pelas Coordenações de Atendimento e Suporte – João Pessoa, Campina Grande e a de 2o Grau - que serão orientadas pelo Núcleo de Atendimento do PJE, este ligado à Coordenação do SUAP/PJE – SETIC.
- Providenciar transporte e diárias necessárias à execução do projeto.

### 3 – Treinamento do Fórum Irineu Joffily

- Considera-se uma suspensão de prazos de uma semana
- Considera-se o treinamento de cerca de cem servidores;
- Considera-se que há uma única sala de treinamento;
- Considera-se a carga mínima de 20 horas de treinamento;

Dadas as considerações acima, a melhor estratégia para a realização do treinamento é a exposição, mediante slides, no período das 09:00 as 12:00h, e o acompanhamento de exercícios práticos, no período das 14:00 as 17:00h, ao longo de 5 dias úteis.

A exposição de slides se dará no **Auditório do Fórum Irineu Joffily**.

Os exercícios práticos serão ministrados na própria unidade do servidor, que contará com pessoal qualificado para complementar o aprendizado.

Será ministrado um treinamento específico para a Central de Mandados - no tocante à distribuição dos expedientes para os Oficiais de Justiça – bem como para os digitadores das Salas de Audiência.

Será ministrada uma palestra de 4h para os advogados no auditório do Fórum objetivando treiná-los nas competências necessárias ao uso do PJe.

Na semana seguinte ao treinamento será iniciada a fase de produção, que contará com a presente de técnicos da SETIC para auxiliar na adaptação, assim como os servidores da Coordenação de Atendimento e Suporte do Fórum Irineu Joffily.

Na semana anterior ao treinamento geral será realizado um treinamento específico para o Diretores das Varas do Trabalho bem como para os servidores da Coordenação de Atendimento e Suporte do Fórum Irineu Joffily objetivando prepará-los como colaboradores nas fases seguintes.

**Tempo estimado:**

3 semanas

**Servidores envolvidos:**

3 Coordenação do PJE

5 Diretores de Varas

5 Servidores de Varas

5 Servidores da Coordenação de Apoio e Suporte CG

#### **IV – FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO**

- 1 – Garantir que os servidores e magistrados das unidades já possuam certificação digital;
- 2 – Garantir que os magistrados recebam treinamento adequado;
- 3 – Garantir que os servidores estejam aptos à publicação no DeJT;
- 4 – Garantir o pessoal necessário ao treinamento;
- 5 – Garantir que os advogados militantes no Fórum recebam orientação.
- 6 – Garantir que os peritos militantes no Fórum recebam orientação.
- 7 – Estabelecer a padronização na relação das unidades com órgãos externos ao Regional: AGU, PGF, MPT, INSS, Correios, etc

## V – CRONOGRAMA

### Campina Grande

- 1 – Treinamento Específico: 05/05 a 09/05**
- 2 – Treinamento Geral: 12/05 a 16/05**
- 3 – Implantação e Acompanhamento: 19/05 a 23/05**

### João Pessoa

- 1 – Treinamento Específico:**
  - 01/09 a 05/09,**
  - 08/09 a 12/09,**
  - 15/09 a 19/09,**
  - 22/09 a 26/09**
- 2 – Treinamento Geral: 06/10 a 10/10**
- 3 – Implantação e Acompanhamento: 13/10 a 17/10**

## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a implantação do Fórum Irineu Joffily será necessário reavaliar as estratégias e procedimentos adotados ajustando-se a maior demanda inerente ao Fórum Maximiano Figueiredo.

As Coordenações de Atendimento e Suporte serão essenciais no atendimento de 1º nível à servidores, magistrados e ao público em geral; auxiliando no entendimento e uso do sistema, repassando conhecimento e atualizações do PJe bem como colaborando com o processo de homologação das novas versões do sistema. Eventuais dificuldades não sanadas neste 1º nível serão reportadas mediante chamado aberto no Ocommon ao Núcleo de Atendimento do PJe – SETIC, que por sua vez fará um atendimento de 2º nível analisando o caso, podendo abrir o chamado em 3º nível no sistema Jira do TST.

Evidentemente, situações relativas à procedimentos, normas ou questionamentos legais – área de negócio - serão encaminhados à Secretaria da Corregedoria do TRT-PB que disporá de um Núcleo de Apoio ao 1º Grau. Nas situações envolvendo o 2º grau, a Secretaria do Tribunal Pleno fornecerá os meios para o atendimento à demanda.

Por fim, não foi tratada, neste documento, a migração de processos do sistema legado – SUAP – para o PJe uma vez que não há notícia que a geração de dados estatísticos eGestão esteja concluído e que o processo de migração esteja plenamente satisfeito.